



Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A.

CNPJ nº 15.17.074/0001-77

A Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A. ("AGCS Re" ou "Resseguradora"), centro de expertise do Grupo Allianz na América Latina para riscos corporativos e especiais de grande e médio porte, no cumprimento das obrigações legais, apresenta as demonstrações financeiras da Resseguradora relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, pareceres dos Auditores Independentes e dos Auditores Atuariais Independentes e Relatório do Comitê de Auditoria. Em seu relatório de janeiro de 2023 sobre o *Outlook* da economia mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) comentou que há indícios de que a inflação esteja se dissipando em países que concluíram o ciclo de aumento das taxas de juros, citando o Brasil como exemplo. O Brasil foi uma das primeiras economias a começar a elevar os juros já no começo de 2021 que, desde então, subiram de 2% para 13,75%. Entretanto, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu manter a taxa básica de juros em 13,75% a.a. durante a sua última reunião no dia primeiro de fevereiro de 2023. Segundo o Copom, o ambiente inflacionário ainda segue desafiador e, portanto, ainda é necessário cautela na condução das políticas econômicas, indicando também que poderá haver um período prolongado de juros elevados. A economia brasileira cresceu 5% e 3% em 2021 e 2022, respectivamente, registrando uma recuperação depois da queda em

2020 em função da Covid-19. O setor de seguros registrou um grande crescimento no período. Segundo a Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg), era esperado do setor segurador um crescimento na arrecadação de 12%, fechando com uma participação expressiva de 6,4% do PIB brasileiro. O grande destaque foi o ramo de Danos e Responsabilidades, no qual a Resseguradora está inserida, com expansão de aproximadamente 25% na arrecadação. As expectativas de inflação, crescimento do PIB e taxa de juros SELIC para 2023 apuradas pela pesquisa Focus do BACEN encontram-se em torno de 5,8%, 0,8% e 12,5%, respectivamente. A projeção da CNIseg de crescimento do mercado segurador em 2023 é de 10%. A Resseguradora apresentou mais um ano de crescimento robusto com o volume de prêmios emitidos brutos de comissão de cedente atingindo R\$ 1,13 bilhão (R\$ 778,0 milhões em 2021). Isso representa um aumento de 45% em relação ao ano anterior, e de 191% de crescimento acumulado no biênio 2021-2022 (R\$ 388,5 milhões em 2020). A AGCS Re registrou resultado operacional de R\$ 10,4 milhões (R\$ 4,2 milhões em 2021) e lucro líquido de impostos de R\$ 821 mil (Prejuízo Líquido de R\$ 2,0 milhões no mesmo período de 2021). O crescimento resultado operacional da resseguradora foi principalmente devido à melhoria nos índices de sinistralidade e despesas administrativas. O crescimento poderia ser ainda maior, não fosse o resultado negativo de retrocessão de R\$134,4 milhões em 2022 (R\$ 66,5 milhões em 2021). Adicionalmente, o resultado financeiro foi positivo, mas menor do que em 2021, devido ao aumento das despesas financeiras, que foram severamente impactadas pela grande oscilação do câmbio durante o ano, e dessa forma, não contribuíram para uma melhoria mais

2022 ficou em 76,0%, que é 5,2 pontos percentuais melhor do que em 2021 (81,2%). Apesar de uma deterioração de 2,3 pontos percentuais no resultado de retrocessão, o percentual total das despesas administrativas melhorou 2,8 pontos percentuais em 2022 grandes 26,5%. Com isso, o Índice Combinado da Resseguradora melhorou 7,5 pontos percentuais para 103,6% em 2022 (111,1% em 2021). Esse forte crescimento, aliado à melhoria nos índices de performance da Resseguradora, comprovam a eficácia da estratégia de crescimento na região latino-americana baseada na excelência técnica na subscrição de riscos e política de diversificação de portfólio. Em 31 de dezembro de 2022, a AGCS Re registrou resultado operacional de R\$ 10,4 milhões (R\$ 4,2 milhões em 2021) e lucro líquido de impostos de R\$ 821 mil (Prejuízo Líquido de R\$ 2,0 milhões no mesmo período de 2021). O crescimento resultado operacional da resseguradora foi principalmente devido à melhoria nos índices de sinistralidade e despesas administrativas. O crescimento poderia ser ainda maior, não fosse o resultado negativo de retrocessão de R\$134,4 milhões em 2022 (R\$ 66,5 milhões em 2021). Adicionalmente, o resultado financeiro foi positivo, mas menor do que em 2021, devido ao aumento das despesas financeiras, que foram severamente impactadas pela grande oscilação do câmbio durante o ano, e dessa forma, não contribuíram para uma melhoria mais

significativa do resultado da AGCS Re em 2022. Para 2023, a AGCS Re Brasil, que é a empresa do Grupo Allianz especializada em soluções de gestão de risco para a América Latina nos setores de Transportes, Marítimo, Seguros Financeiros, Riscos Patrimoniais, e Riscos de Engenharia, mantém os seus pilares estratégicos e de crescimento para consolidar-se como uma grande resseguradora no mercado brasileiro e em demais países da América Latina. A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pela Administração, por ocasião das demonstrações financeiras. Aos acionistas fica assegurado, pelo estatuto social da Seguradora, o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das S/A's. Apesar do lucro líquido no período, a Resseguradora ainda registra prejuízos acumulados e, portanto, não haverá pagamento de dividendos ou destinação de lucros para reservas legal ou estatutárias. Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos agradecimentos à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e às demais autoridades do setor, pelo apoio e orientações recebidas. Agradecemos também aos nossos acionistas, clientes e parceiros, e principalmente aos nossos colaboradores pelo comprometimento e entrega superior que mantêm a AGCS Re em constante evolução.

São Paulo, 27 de Fevereiro de 2023

| Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais) | | | |
|---|------------------|------------------|---------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | |
| Ativo circulante | 2.048.356 | 1.517.326 | |
| Disponível | 13.549 | 13.549 | |
| Caixa e Bancos | 7.426 | 19.499 | |
| Aplicações | 569.282 | 233.340 | |
| Créditos das Operações com Seguros e Resseguros | 517.666 | 380.681 | |
| Operações com Seguradoras | 436.530 | 329.664 | |
| Prêmios a receber | 117.441 | 127.167 | Nota 7a |
| Salvados | 19.087 | 7.497 | |
| Operações com Resseguradoras | 81.136 | 51.017 | |
| Sinistros Pagos | 81.136 | 51.017 | Nota 7b |
| Ativos de Resseguros e Retrocessão | 873.532 | 829.829 | |
| Títulos e Créditos a Receber | 62.708 | 38.261 | |
| Títulos e Créditos a Receber | 2.834 | 1.302 | |
| Créditos Tributários e Previdenciários | 37.351 | 35.757 | Nota 8 |
| Outros Créditos | 22.523 | 1.202 | Nota 14 |
| Custos de Aquisição Diferidos | 117.741 | 157.716 | |
| Resseguros | 17.743 | 15.716 | Nota 12 |
| Ativo Não circulante | 580.564 | 739.521 | |
| Realizável a longo prazo | 578.336 | 738.958 | |
| Aplicações | 519.814 | 686.519 | |
| Créditos das Operações com Seguros | 6.974 | 3.957 | |
| Prêmios a receber | 6.974 | 3.957 | Nota 7a |
| Ativos de Resseguros e Retrocessão - Provisões Técnicas | 14.086 | 15.154 | |
| Títulos e Créditos a Receber | 33.896 | 28.811 | |
| Créditos Tributários e Previdenciários | 28.765 | 28.811 | Nota 8 |
| Outros Valores e Bens | 5.131 | - | Nota 13 |
| Custos de aquisição diferidos | 3.566 | 4.517 | |
| Resseguros | 3.566 | 4.517 | Nota 12 |
| Imobilizado | 2.228 | 563 | |
| Bens móveis | 2.228 | 563 | Nota 13 |
| Total do Ativo | 2.628.920 | 2.256.847 | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A. ("AGCS Re" ou "Resseguradora") é uma sociedade de capital fechado, com sede em São Paulo, localizada na Rua Eugênio de Medeiros, 303 - Pinheiros, cujo controlador em última instância é a Allianz SE (Alemanha). Suas atividades estão concentradas nas operações de resseguros e retrocessão no país e no exterior, atuando como resseguradora local desde 2 de janeiro de 2013, conforme a Lei complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007 e alterações posteriores. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de Fevereiro de 2023.

2. Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras - Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendados pela SUSEP através da Circular SUSEP nº648/2021 e suas alterações posteriores. **Circulante e não circulante:** A Resseguradora avalia periodicamente os valores e o impacto no passivo circulante, com o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores inscritos no ativo/passivo circulante e compreendem, substancialmente, as aplicações financeiras em que os fundos de investimento, moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda do ambiente econômico principal na qual Resseguradora opera, utilizada na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Exceto quando indicado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima. As transações e os saldos em moeda estrangeira à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado do período. **Estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Resseguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente nas demonstrações financeiras. Abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) as informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possam um risco significativo de alteração de valores no período seguinte. **• Nota 7 - Créditos das operações de seguros e resseguros (Redução ao Valor Recuperável):** **• Nota 8 -** Créditos tributários, previdenciários e tributos diferidos (Premissas de realização); **• Nota 11 -** Provisões técnicas; **• Nota 13 -** CPC 06 - Outros valores e Bens; **• Nota 15 -** CPC 06 - Debitos Diversos

3. Resumo das principais políticas contábeis - Caixa e equivalentes de caixa: A Resseguradora define como caixa e equivalentes, as disponibilidades (caixa e contas correntes em bancos sem vencimento) e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor e não vinculados à operação de Resseguradora. Os ativos e passivos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: **• Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado -** São classificados nesta categoria os ativos financeiros para os quais a Resseguradora opera com finalidade de gestão de investimentos, incluindo os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reconhecidos no resultado. A totalidade do portfólio da Resseguradora está classificada nesta categoria, exceto Fundo que é mensurado como valor justo por meio do resultado. **• Empréstimos e recebíveis -** São ativos financeiros com pagamentos de juros e principal de longo prazo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação atribuíveis. Compreendem, substancialmente, os saldos de "Créditos das operações com seguros e resseguros" que incluem principalmente "Prêmios a receber", os "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos". **Determinação do valor justo:** Os ativos e passivos financeiros são avaliados pelo valor de mercado secundário divulgado pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - (ANBIMA); (ii) Quotas de fundos de investimentos - valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data da avaliação; (iii) Instrumentos financeiros derivativos - calculados utilizando preços cotados; (iv) Contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Resseguradora avalia periodicamente os valores e o impacto no passivo circulante, com o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores inscritos no ativo/passivo circulante e compreendem, substancialmente, as aplicações financeiras em que os fundos de investimento, moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda do ambiente econômico principal na qual Resseguradora opera, utilizada na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Exceto quando indicado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima. As transações e os saldos em moeda estrangeira à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado do período. **Estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Resseguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente nas demonstrações financeiras. Abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) as informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possam um risco significativo de alteração de valores no período seguinte. **• Nota 7 - Créditos das operações de seguros e resseguros (Redução ao Valor Recuperável):** **• Nota 8 -** Créditos tributários, previdenciários e tributos diferidos (Premissas de realização); **• Nota 11 -** Provisões técnicas; **• Nota 13 -** CPC 06 - Outros valores e Bens; **• Nota 15 -** CPC 06 - Debitos Diversos

| Sinistralidade Bruta | | | |
|----------------------|--------------|----------------|------------------------|
| Grupo | Nome Grupo | Segmento | 31 de Dezembro de 2022 |
| 01 | Patrimonial | Energy Onshore | 65,6% |
| 01 | Patrimonial | Engineering | 16,7% |
| 01 | Patrimonial | Main Property | 62,7% |
| 01 | Patrimonial | Riscos | 76,5% |
| 02 | Especiais | Offshore | NA* |
| 03 | bilidades | FL Total | 62,7% |
| 03 | bilidades | Liability | 49,7% |
| 03 | bilidades | Main | 111,7% |
| 05 | Automotivos | Motor | 93,0% |
| 06 | Transportes | Marine | 93,7% |
| 07 | Financeiros | Cargo | 78,2% |
| 07 | Financeiros | FL Total | 83,7% |
| 09 | Pessoas | Entertainment | 60,7% |
| 11 | Rural | Agro | NA* |
| 11 | Rural | Agro Livestock | NA* |
| 13 | Individuais | Liability Main | NA* |
| 14 | Marítimos | Marine Hull | 72,5% |
| 15 | Aeronáuticos | Aviation | 60,4% |
| 15 | cos | Aviation | NA* |

*Os ramos 02, 11, 13 e 15, grupos Rural, Pessoas Individual e Aeronáuticos, respectivamente, estão em processo de extinção. Na forma, a sinistralidade bruta não é aplicável. **Imobilizado:** O imobilizado compreende equipamentos, móveis, utensílios e benfeitorias em imóveis de terceiros utilizados na condução dos negócios da Resseguradora. O imobilizado é avaliado pelo custo histórico e compreende gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos itens capitalizáveis e para os quais não haja expectativa de venda. A depreciação é calculada usando o método linear para atribuir seu custo aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. O valor residual dos ativos e sua vida útil são revisados periodicamente. O valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo. **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** A provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido é calculado a alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240.000,00 no exercício para imposto de renda, e a 15% sobre o lucro tributável para contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os impostos correntes e diferidos. Ambos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base no regime contábil de competência. **CPC 06 R2 - Operações de arrendamento mercantil:** Aprovado pela SUSEP, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Este normativo introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer o arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções para arrendamentos de curto prazo e bens de baixa importância não são reconhecidas de acordo com as informações enviadas pelos subscritores e pela cedente. Os sinistros são reconhecidos no resultado proporcionalmente à cobertura do risco assumido e a indenização estimada pela cedente, de acordo com a data de notificação da cedente. As demais receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência. **CPC 06 R2 - Operações de arrendamento mercantil:** Aprovado pela SUSEP, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Este normativo introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer o arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções para arrendamentos de curto prazo e bens de baixa importância não são reconhecidas de acordo com as informações enviadas pelos subscritores e pela cedente. Os sinistros são reconhecidos no resultado proporcionalmente à cobertura do risco assumido e a indenização estimada pela cedente, de acordo com a data de notificação da cedente. As demais receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência. **CPC 06 R2 - Operações de arrendamento mercantil:** Aprovado pela SUSEP, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Este normativo introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer o arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções para arrendamentos de curto prazo e bens de baixa importância não são reconhecidas de acordo com as informações enviadas pelos subscritores e pela cedente. Os sinistros são reconhecidos no resultado proporcionalmente à cobertura do risco assumido e a indenização estimada pela cedente, de acordo com a data de notificação da cedente. As demais receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência. **CPC 06 R2 - Operações de arrendamento mercantil:** Aprovado pela SUSEP, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Este normativo introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer o arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções para arrendamentos de curto prazo e bens de baixa importância não são reconhecidas de acordo com as informações enviadas pelos subscritores e pela cedente. Os sinistros são reconhecidos no resultado proporcionalmente à cobertura do risco assumido e a indenização estimada pela cedente, de acordo com a data de notificação da cedente. As demais receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência. **CPC 06 R2 - Operações de arrendamento mercantil:** Aprovado pela SUSEP, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Este normativo introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer o arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções para arrendamentos de curto prazo e bens de baixa importância não são reconhecidas de acordo com as informações enviadas pelos subscritores e pela cedente. Os sinistros são reconhecidos no resultado proporcionalmente à cobertura do risco assumido e a indenização estimada pela cedente, de acordo com a data de notificação da cedente. As demais receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência. **CPC 06 R2 - Operações de arrendamento mercantil:** Aprovado pela SUSEP, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Este normativo introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer o arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções para arrendamentos de curto prazo e bens de baixa importância não são reconhecidas de acordo com as informações enviadas pelos subscritores e pela cedente. Os sinistros são reconhecidos no resultado proporcionalmente à cobertura do risco assumido e a indenização estimada pela cedente, de acordo com a data de notificação da cedente. As demais receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência. **CPC 06 R2 - Operações de arrendamento mercantil:** Aprovado pela SUSEP, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Este normativo introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer o arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções para arrendamentos de curto prazo e bens de baixa importância não são reconhecidas de acordo com as informações enviadas pelos subscritores e pela cedente. Os sinistros são reconhecidos no resultado proporcionalmente à cobertura do risco assumido e a indenização estimada pela cedente, de acordo com a data de notificação da cedente. As demais receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência. **CPC 06 R2 - Operações de arrendamento mercantil:** Aprovado pela SUSEP, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Este normativo introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer o arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções para arrendamentos de curto prazo e bens de baixa importância não são reconhecidas de acordo com as informações enviadas pelos subscritores e pela cedente. Os sinistros são reconhecidos no resultado proporcionalmente à cobertura do risco assumido e a indenização estimada pela cedente, de acordo com a data de notificação da cedente. As demais receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência. **CPC 06 R2 - Operações de arrendamento mercantil:** Aprovado pela SUSEP, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Este normativo introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer o arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções para arrendamentos de curto prazo e bens de baixa importância não são reconhecidas de acordo com as informações enviadas pelos subscritores e pela cedente. Os sinistros são reconhecidos no resultado proporcionalmente à cobertura do risco assumido e a indenização estimada pela cedente, de acordo com a data de notificação da cedente. As demais receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência. **CPC 06 R2 - Operações de arrendamento mercantil:** Aprovado pela SUSEP, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Este normativo introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer o arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções para arrendamentos de curto prazo e bens de baixa importância não são reconhecidas de acordo com as informações enviadas pelos subscritores e pela cedente. Os sinistros são reconhecidos no resultado proporcionalmente à cobertura do risco assumido e a indenização estimada pela cedente, de acordo com a data de notificação da cedente. As demais receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência. **CPC 06 R2 - Operações de arrendamento mercantil:** Aprovado pela SUSEP, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Este normativo introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer o arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções para arrendamentos de curto prazo e bens de baixa importância não são reconhecidas de acordo com as informações enviadas pelos subscritores e pela cedente. Os sinistros são reconhecidos no resultado proporcionalmente à cobertura do risco assumido e a indenização estimada pela cedente, de acordo com a data de notificação da cedente. As demais receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência. **CPC 06 R2 - Operações de arrendamento mercantil:** Aprovado pela SUSEP, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Este normativo introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer o arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções para arrendamentos de curto prazo e bens de baixa importância não são reconhecidas de acordo com as informações enviadas pelos subscritores e pela cedente. Os sinistros são reconhecidos no resultado proporcionalmente à cobertura do risco assumido e a indenização estimada pela cedente, de acordo com a data de notificação da cedente. As demais receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência. **CPC 06 R2 - Operações de arrendamento mercantil:** Aprovado pela SUSEP, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Este normativo introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer o arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções para arrendamentos de curto prazo e bens de baixa importância não são reconhecidas de acordo com as informações enviadas pelos subscritores e pela cedente. Os sinistros são reconhecidos no resultado proporcionalmente à cobertura do risco assumido e a indenização estimada pela cedente, de acordo com a data de notificação da cedente. As demais receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência. **CPC 06 R2 - Operações de arrendamento mercantil:** Aprovado pela SUSEP, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Este normativo introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer o arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções para arrendamentos de curto prazo e bens de baixa importância não são reconhecidas de acordo com as informações enviadas pelos subscritores e pela cedente. Os sinistros são reconhecidos no resultado proporcionalmente à cobertura do risco assumido e a indenização estimada pela cedente, de acordo com a data de notificação da cedente. As demais receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência. **CPC 06 R2 - Operações de arrendamento mercantil:** Aprovado pela SUSEP, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Este normativo introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer o arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções para arrendamentos de curto prazo e bens de baixa importância não são reconhecidas de acordo com as informações enviadas pelos subscritores e pela cedente. Os sinistros são reconhecidos no resultado proporcionalmente à cobertura do risco assumido e a indenização estimada pela cedente, de acordo com a data de notificação da cedente. As demais receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência. **CPC 06 R2 - Operações de arrendamento mercantil:** Aprovado pela SUSEP, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Este normativo introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer o arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções para arrendamentos de curto prazo e bens de baixa importância não são reconhecidas de acordo com as informações enviadas pelos subscritores e pela cedente. Os sinistros são reconhecidos no resultado proporcionalmente à cobertura do risco assumido e a indenização estimada pela cedente, de acordo com a data de notificação da cedente. As demais receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência. **CPC 06 R2 - Operações de arrendamento mercantil:** Aprovado pela SUSEP, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Este normativo introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer o arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções para arrendamentos de curto prazo e bens de baixa importância não são reconhecidas de acordo com as informações enviadas pelos subscritores e pela cedente. Os sinistros são reconhecidos no resultado proporcionalmente à cobertura do risco assumido e a indenização estimada pela cedente, de acordo com a data de notificação da cedente. As demais receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência. **CPC 06 R2 - Operações de arrendamento mercantil:** Aprovado pela SUSEP, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Este normativo introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer o arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções para arrendamentos de curto prazo e bens de baixa importância não são reconhecidas de acordo com as informações enviadas pelos subscritores e pela cedente. Os sinistros são reconhecidos no resultado proporcionalmente à cobertura do risco assumido e a indenização estimada pela cedente, de acordo com a data de notificação da cedente. As demais receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência. **CPC 06 R2 - Operações de arrendamento mercantil:** Aprovado pela SUSEP, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Este normativo introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer o arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções para arrendamentos de curto prazo e bens de baixa importância não são reconhecidas de acordo com as informações enviadas pelos subscritores e pela cedente. Os sinistros são reconhecidos no resultado proporcionalmente à cobertura do risco assumido e a indenização estimada pela cedente, de acordo com a data de notificação da cedente. As demais receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência. **CPC 06 R2 - Operações de arrendamento mercantil:** Aprovado pela SUSEP, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Este normativo introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer o arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções para arrendamentos de curto prazo e bens de baixa importância não são reconhecidas de acordo com as informações enviadas pelos subscritores e pela cedente. Os sinistros são reconhecidos no resultado proporcionalmente à cobertura do risco assumido e a indenização estimada pela cedente, de acordo com a data de notificação da cedente. As demais receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência. **CPC 06 R2 - Operações de arrendamento mercantil:** Aprovado pela SUSEP, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Este normativo introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer o arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções para arrendamentos de curto prazo e bens de baixa importância não são reconhecidas de acordo com as informações enviadas pelos subscritores e pela cedente. Os sinistros são reconhecidos no resultado proporcionalmente à cobertura do risco assumido e a indenização estimada pela cedente, de acordo com a data de notificação da cedente. As demais receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência. **CPC 06 R2 - Operações de arrendamento mercantil:** Aprovado pela SUSEP, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos substituiu as

Saldo do PPNG de R\$ 573.758 apresentado na tabela acima já está considerando o total do RVNE de R\$ 71.748 em 31 de Dezembro de 2022 (R\$ 82.555 em 31 de dezembro de 2021).

b. Movimentação das provisões técnicas - Brutas de retrocessão

31 de Dezembro de 2022

| | Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) | Provisão de sinistros a Liquidar (PSL) | Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) | Total |
|------------------------------|---------------------------------------|--|---|-----------|
| Saldo no início do exercício | 416.198 | 833.079 | 462.305 | 1.711.582 |
| Emissões/Adições | 1.130.054 | - | - | 1.130.054 |
| Constituições / | - | - | - | - |
| Reversões | - | 815.952 | 5.136 | 821.088 |
| Prêmios ganhos | (969.442) | - | - | (969.442) |
| Pagamentos | - | (769.520) | - | (769.520) |
| Variação Cambial | (3.052) | (29.420) | - | (32.472) |
| Saldo no final do exercício | 416.198 | 833.079 | 462.305 | 1.711.582 |

31 de Dezembro de 2021

| | Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) | Provisão de sinistros a Liquidar (PSL) | Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) | Total |
|------------------------------|---------------------------------------|--|---|-----------|
| Saldo no início do exercício | 207.236 | 813.625 | 401.320 | 1.422.181 |
| Emissões/Adições | 778.028 | - | - | 778.028 |
| Constituições / | - | - | - | - |
| Reversões | - | 440.232 | 60.985 | 501.217 |
| Prêmios ganhos | (570.937) | - | - | (570.937) |
| Pagamentos | - | (395.444) | - | (395.444) |
| Variação Cambial | 1.871 | (25.334) | - | (23.463) |
| Saldo no final do exercício | 416.198 | 833.079 | 462.305 | 1.711.582 |

c. Provisões técnicas - Retrocessão

31 de Dezembro de 2022

| | Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) | Provisão de sinistros a Liquidar (PSL) | Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) | Total |
|--------------------|---------------------------------------|--|---|---------|
| Patrimonial | 30.302 | 41.902 | 5.098 | 77.302 |
| Riscos Especiais | 3.642 | 1.909 | 2.992 | 8.543 |
| Responsabilidades | 33.643 | 278.258 | 49.449 | 361.170 |
| Auto | 132.123 | 87.329 | 21.602 | 241.054 |
| Transportes | 11.601 | 2.718 | 3.203 | 17.522 |
| Riscos Financeiros | 3.553 | 22.690 | 146.473 | 172.716 |
| Pessoas Coletivo | (318) | - | 6 | (312) |
| Casos marítimos | 8.017 | 11 | - | 8.028 |
| Casos aeronáuticos | - | 1.485 | 110 | 1.595 |
| Total | 222.383 | 436.302 | 228.933 | 887.618 |
| Circulante | 208.297 | 436.302 | 228.933 | 873.532 |
| Não Circulante | 14.086 | - | - | 14.086 |

31 de Dezembro de 2021

| | Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) | Provisão de sinistros a Liquidar (PSL) | Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) | Total |
|--------------------|---------------------------------------|--|---|---------|
| Patrimonial | 34.721 | 27.218 | 38.367 | 100.306 |
| Riscos Especiais | 1.734 | 4.972 | 191 | 6.897 |
| Responsabilidades | 22.616 | 353.178 | 36.431 | 411.775 |
| Automóvel | 75.618 | 66.136 | 8.188 | 149.942 |
| Transportes | 13.267 | 5.109 | 3.012 | 21.388 |
| Riscos Financeiros | 6.619 | 13.834 | 131.242 | 151.695 |
| Pessoas Coletivo | 290 | - | 12 | 302 |
| Casos marítimos | - | 49 | - | 49 |
| Casos aeronáuticos | - | 2.470 | 159 | 2.629 |
| Total | 154.415 | 472.966 | 217.602 | 844.983 |
| Circulante | 139.261 | 472.966 | 217.602 | 829.829 |
| Não Circulante | 15.154 | - | - | 15.154 |

d. Movimentação das provisões técnicas - retrocessão

31 de Dezembro de 2022

| | Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) | Provisão de sinistros a Liquidar (PSL) | Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) | Total |
|------------------------------|---------------------------------------|--|---|-----------|
| Saldo no início do exercício | 154.415 | 472.966 | 217.602 | 844.983 |
| Emissões/Adições | 523.426 | - | - | 523.426 |
| Constituições / | - | - | - | - |
| Reversões | - | 347.449 | 11.331 | 358.780 |
| Prêmios ganhos | (454.026) | - | - | (454.026) |
| Sinistros Pagos | - | (359.646) | - | (359.646) |
| Variação Cambial | (1.432) | (24.467) | - | (25.899) |
| Saldo no final do exercício | 222.383 | 436.302 | 228.933 | 887.618 |

31 de Dezembro de 2021

| | Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) | Provisão de sinistros a Liquidar (PSL) | Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) | Total |
|------------------------------|---------------------------------------|--|---|-----------|
| Saldo no início do exercício | 45.850 | 564.227 | 150.313 | 760.390 |
| Emissões/Adições | 371.496 | - | - | 371.496 |
| Constituições / | - | - | - | - |
| Reversões | - | 141.643 | 67.289 | 208.932 |
| Prêmios ganhos | (263.627) | - | - | (263.627) |
| Sinistros Pagos | - | (209.889) | - | (209.889) |
| Variação Cambial | 696 | (23.015) | - | (22.319) |
| Saldo no final do exercício | 154.415 | 472.966 | 217.602 | 844.983 |

e. Ativos oferecidos em garantia das provisões técnicas

Provisões Técnicas:

31 de dezembro 31 de dezembro de 2022 de 2021

| | 573.758 | 416.198 |
|---|-----------|-----------|
| Provisão de prêmios não ganhos | 573.758 | 416.198 |
| Provisão de sinistros a liquidar | 850.091 | 833.079 |
| Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados | 467.241 | 462.305 |
| Total de provisões técnicas | 1.891.290 | 1.711.582 |
| (-) Provisão de prêmios não ganhos - retrocessão cedida | - | - |
| (-) Provisão de sinistros a liquidar - retrocessão cedida | 42.056 | 15.640 |
| (-) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - retrocessão cedida | 436.302 | 472.966 |
| (-) Direitos creditórios | 228.933 | 217.602 |
| Total a ser coberto | 979.224 | 911.046 |
| Ativos Garantidores | 912.066 | 800.536 |
| Ativos Garantidores | - | - |
| Títulos de renda fixa - Públicos | 1.057.587 | 893.787 |
| Total de ativos garantidores | 1.057.587 | 893.787 |
| Suficiência / (insuficiência) (a) | 145.521 | 93.259 |

d. Desenvolvimento de Sinistros:

Adicionalmente, a tabela demonstrada a seguir apresenta o desenvolvimento de sinistros, líquidos de retrocessões cedidas, por ano de subscrição.

| 2017 | | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | | 2022 | | Total |
|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------------|---|------|---|------|---|-------------|
| 9.456 | 206.773 | 349.737 | 145.750 | 353.844 | 663.833 | 3.109.807 | - | - | - | - | - | 3.634.344 |
| 38.065 | 66.490 | 82.081 | 87.284 | 156.245 | 156.245 | 21.187 | - | - | - | - | - | 21.187 |
| (1.198) | 15.450 | (15.459) | 1.686 | - | - | - | - | - | - | - | - | 40.184 |
| 6.910 | 3.686 | 20.024 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 28.303 |
| 2.959 | (19.134) | 476 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (14.107) |
| - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (2.258) |
| - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (11.113) |
| - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 688 |
| 146.668 | 273.265 | 416.383 | 234.700 | 510.089 | 663.833 | 3.739.304 | - | - | - | - | - | 5.089.807 |
| 776 | 931 | 73.704 | (1.048) | (973) | 177 | 82.480 | - | - | - | - | - | 82.480 |
| (133.802) | (256.852) | (199.210) | (195.064) | (358.664) | (451.493) | (2.988.627) | - | - | - | - | - | (3.344.344) |
| 15.663 | 24.120 | 295.829 | 38.588 | 150.452 | 212.517 | 850.091 | - | - | - | - | - | 1.443.537 |
| 84.190 | 98.358 | 106.547 | 87.160 | 221.405 | 382.500 | 1.103.288 | - | - | - | - | - | 1.917.551 |
| 31.017 | 49.077 | 41.001 | 67.889 | 77.641 | - | 478.649 | - | - | - | - | - | 646.246 |
| 878 | 13.246 | (8.712) | 653 | - | - | 86.468 | - | - | - | - | - | 97.211 |
| 6.686 | 3.782 | 5.971 | - | - | - | 21.187 | - | - | - | - | - | 21.187 |
| 2.424 | 3.400 | - | - | - | - | 12.681 | - | - | - | - | - | 15.766 |
| 592 | - | - | - | - | - | 2.412 | - | - | - | - | - | 2.412 |
| - | - | - | - | - | - | 3.748 | - | - | - | - | - | 3.748 |
| - | - | - | - | - | - | (2.001) | - | - | - | - | - | (2.001) |
| - | - | - | - | - | - | 885 | - | - | - | - | - | 885 |
| - | - | - | - | - | - | (61) | - | - | - | - | - | (61) |
| 125.787 | 167.863 | 144.807 | 155.702 | 298.686 | 382.500 | 1.707.255 | - | - | - | - | - | 2.634.344 |
| (107.888) | (141.924) | (131.157) | (124.353) | (230.995) | (235.612) | (1.316.710) | - | - | - | - | - | (1.810.672) |
| 1.406 | 6.211 | 4.913 | - | - | - | 12.958 | - | - | - | - | - | 12.958 |
| 19.526 | 33.324 | 20.244 | 30.871 | 67.103 | 146.989 | 416.198 | - | - | - | - | - | 633.344 |

14.103 Créditos

31 de dezembro de 2022

31 de dezembro de 2021

| | 21.283 | 1.202 |
|----------------------|--------|-------|
| Outros Créditos(i) | 21.283 | - |
| Adiantamentos/Outros | 1.240 | 1.202 |
| Total | 22.523 | 1.202 |

(i) O valor refere-se a uma aplicação em tempo depositado que não foi processada pelo banco parceiro em 29/12/2022, sendo resgatada à Resseguradora somente em 05/01/2023.

15.030 Diversos:

Debitos diversos constituído pelos Passivos de Arrendamento referente ao aluguel das instalações que iniciou em 01/07/2022, com período de 05 anos em atendimento ao CPC 06 (R2). A atualização anual será feita pelo IPCA.

| | 5.701 | (621) | 12 | 5.092 |
|------------------------------|-------|-------|----|---------|
| Reconhecimento Inicial | 5.701 | - | - | - |
| Pagamentos de Arrendamentos | - | (621) | - | - |
| Despesas de Juros | - | - | 12 | - |
| Saldo em 31 de Dezembro 2022 | - | - | - | 5.092 |
| Circulante | - | - | - | - |
| Não Circulante | - | - | - | (3.916) |

16.030 Outros Débitos Operacionais

31 de dezembro de 2022

31 de dezembro de 2021

| | (142.379) | - |
|--------------------------------|-----------|-------|
| Outros Débitos Operacionais(i) | (142.379) | - |
| Devolução Premios/Cedente | (2.360) | (787) |
| Total | (144.739) | (787) |

(i) O crescimento substancial do valor entre 2021 e 2022 foi pelo contrato quota share de resseguro para o portfólio do automóvel da Alianz Seguros S.A.

